

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 29-6-2017.

---

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e vinte minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Mauro Zacher, Mônica Leal e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 009/17 (Processo nº 0274/17), de autoria de Idenir Cecchim; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 080 e 081/17 (Processos nºs 0815 e 0816/17, respectivamente), de autoria de Laura Sito; o Projeto de Lei do Legislativo nº 181/17 (Processo nº 1560/17), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/17 (Processo nº 1101/17), de autoria de Mônica Leal; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16 (Processo nº 1333/16), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 923, 924 e 925/17, do Prefeito, solicitando o desarquivamento, respectivamente, dos Projetos de Lei do Executivo nºs 032, 036 e 038/16 (Processos nºs 2655, 2751 e 2754/16, respectivamente). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 206 e 207/17. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Professor Wambert, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às quatorze horas e trinta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/17 (Processo nº 1799/17). Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Rafael Pavan dos Passos, Presidente do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil, que discorreu sobre planejamento e gestão urbana e patrimônio cultural. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Fernanda Melchionna, Airto Ferronato, Cassiá Carpes e Sofia Cavedon manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas às quinze horas e um minuto. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do Requerimento nº 134/17 (Processo nº 1748/17), de autoria de Cassio Trogildo, a registrar o transcurso do centésimo nonagésimo quinto aniversário do Grande Oriente do Brasil. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo e Cláudio Janta, presidindo os trabalhos; José Fernando Clemente de Fraga, Luiz Carlos

Rodrigues Padilha e Luiz Fachin, respectivamente Grão Mestre Estadual Adjunto, Secretário do Interior e de Relações Públicas e Secretário de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cassio Trogildo, proponente. A seguir, o Presidente convidou Cassio Trogildo a proceder à entrega, a Luiz Fachin, de Diploma alusivo à presente solenidade, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e seis minutos às quinze horas e quarenta minutos. Em continuidade, foi aprovada a indicação de Comandante Nádia para a titularidade da Procuradoria Especial da Mulher para o período de vinte e nove de junho de dois mil e dezessete a vinte e oito de junho de dois mil e dezoito. Após, o Presidente concedeu a palavra a Comandante Nádia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Mônica Leal, André Carús, Moisés Maluco do Bem, Tarciso Flecha Negra, Luciano Marcantônio, Reginaldo Pujol e Moisés Maluco do Bem. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal e André Carús. Durante a Sessão, foi registrada a presença de Nelson Fick. Às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Cláudio Janta e Márcio Bins Ely e secretariados por Dr. Thiago. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 1798/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 206/17**, de autoria da Mesa Diretora, que extingue, quando vagarem, 10 (dez) cargos de Vigilante II, código 1.1.1.4.6, integrantes do Quadro dos Cargos Efetivos, constantes no art. 9º da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores.

**PROC. Nº 1799/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/17**, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 4 (quatro) cargos efetivos de Operador de Comunicações, altera o número de cargos e o padrão de vencimento do cargo efetivo de Vigilante II e extingue o cargo efetivo de Vigilante I no Quadro dos Cargos Efetivos constante no art. 9º e altera o § 1º do art. 50-N, todos da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h34min):** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1799/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/17**, de autoria da Mesa Diretora, que extingue 4 (quatro) cargos efetivos de Operador de Comunicações, altera o número de cargos e o padrão de vencimento do cargo efetivo de Vigilante II e extingue o cargo efetivo de Vigilante I no Quadro dos Cargos Efetivos constante no art. 9º e altera o § 1º do art. 50-N, todos da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores.

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;  
- incluído na Ordem do Dia em 29-06-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em discussão o PLL nº 207/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 207/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h35min):** Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul – IAB/Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo ao planejamento e gestão urbana, patrimônio cultural e outros. O Sr. Rafael Pavan dos Passos, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**O SR. RAFAEL PAVAN DOS PASSOS:** Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, senhoras e senhores edis desta Capital, esta é a primeira vez que esta gestão do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul, iniciado neste ano, se dirige a V. Exas. e aos porto-alegrenses nesta Casa e na TVCâmara. Em 2018, o IAB Rio Grande do Sul completará 70 anos; a partir da arquitetura e urbanismo vem contribuindo para o desenvolvimento social, político e econômico do Estado e do País. Ao longo de todas essas décadas, o IAB alcançou reconhecimento social, e hoje já não pertence mais somente aos arquitetos, mas é patrimônio de toda sociedade. Esta posição foi conquistada através da atuação de profissionais atuantes no setor público, privado e acadêmico, fundamentado nos princípios da independência e da democracia. No âmbito do município de Porto Alegre, colocamos a revisão do Plano Diretor, o PDDUA, como pauta prioritária, a qual deve ser analisada e aprovada por esta Casa até 2020. O processo de revisão, contudo, deve ser iniciado imediatamente, tanto pelo Executivo, quanto na esfera da sociedade civil e ainda neste Legislativo. Atividade que abrange dimensões políticas e técnicas, o planejamento urbano deve ser norteado pela mais ampla participação e por debate técnico aprofundado. Os princípios, diretrizes e estratégias do PDDUA são sólidos e representam os anseios por uma Cidade melhor para todos e contempla a ideia da Cidade como direito e que se pretende democrática, sustentável e que cumpra as suas funções sociais. Por outro lado, os instrumentos e ações previstos para atingir tais diretrizes não se efetivaram, o que reduziu uma lei inovadora ao mero conjunto de regras de uso e ocupação do solo, que tem servido para propósitos antagônicos a seus princípios. Preocupa-nos, neste contexto, qual será de fato o lugar do planejamento urbano na atual proposta de estrutura administrativa, outrora inovadora, valorizada e interdisciplinar, hoje se encontra fragilizada, com reduzido corpo técnico e restrito a um pequeno número de arquitetos; planejamento urbano é atividade liderada por arquitetos e urbanistas, mas é de natureza interdisciplinar. O Executivo municipal não parece preparado para tal desafio. Esta Casa também deve se preparar, posto que não é um assunto fácil, nem de domínio da maioria dos agentes políticos. Neste sentido, Vereadores e Vereadoras, é fundamental que procurem se apropriar de conhecimentos pertinentes a planejamento urbano e ao urbanismo, e que incorpore, em seus quadros de assessores, alguns especialistas em política urbana, visando à qualificação da sua participação neste processo. A sociedade, por seu turno, precisa também assumir seu papel neste processo, compreender a importância desse tema para as suas vidas cotidianas é o primeiro passo. O IAB tem procurado dialogar com os mais amplos setores e oferecer espaços de formação e debates. Iniciamos este

mês o ciclo Plano Diretor, com debates quinzenais abertos a toda a sociedade. É o primeiro passo de uma estratégia de ação da entidade. Preocupa-nos a proposta do Executivo de separar o licenciamento do planejamento urbano. A relação entre ambos é de duas vias: em um sentido, o Plano Diretor estabelece o regime urbanístico; por outro, o licenciamento deveria reabastecer os dados da produção edilícia ao sistema de planejamento. A separação proposta pode ampliar a fragmentação entre gestão e planejamento urbano. Além disso, a celeridade não pode ser confundida com permissividade nem desburocratização com flexibilização. Aliás, tais aspectos são os principais responsáveis pela morosidade com que tramitam os grandes projetos. É necessária a transparência dos processos administrativos de licenciamento, os quais devem estar disponíveis ao acesso público, ampliando a gestão democrática da Cidade. A Constituição Federal prevê que a cidade e a propriedade urbana devem cumprir sua função social, o PDDUA dispõe de instrumentos para tal, contudo nada se efetiva, a Cidade segue sem demandar a ocupação dos seus vazios urbanos, os quais seguem como mero objeto de especulação. O IPTU progressivo, a edificação e ocupação compulsórias devem ser implementados; por outro lado, temos uma Cidade que se expande sobre o ambiente rural e natural. É preciso também retomar a regularização fundiária como política habitacional e urbana, visando não apenas o direito à propriedade, mas à qualificação urbano-ambiental. O atual CMDUA, conselho existente desde 1955, deve ser fortalecido e seu protagonismo retomado na condução do planejamento urbano. Hoje, ele está limitado a um mero apreciador de projetos especiais e sua composição já não representa a pluralidade de outrora, com o predomínio da representação do binômio mercado imobiliário/construção civil. Para revisão do PDDUA é necessário que se cumpra a lei e que seja realizada a conferência de avaliação prevista para o terceiro ano do mandato, o que não ocorre desde 2003, em flagrante ilegalidade.

Outro assunto que viemos expor é o dos projetos de obras públicas. Quando olhamos maravilhados para as obras rápidas da China, esquecemos de olhar para o tempo muito maior que é despendido à etapa de projeto. A valorização do projeto se dará a partir da adoção dos concursos públicos de projetos, modalidade consagrada nos países onde a arquitetura é valorizada e tida como atrativo turístico, contribuindo tanto para a qualidade ambiental quanto para o desenvolvimento econômico e social. Países como a França o tomam como a única modalidade de contratação para projetos de arquitetura pública. O concurso qualifica a obra, promove transparência e eficiência no gasto público e o acesso democrático dos profissionais, a isonomia na concorrência a profissionais jovens e consolidados, a economicidade, pois os valores de honorários são fixados pelo Poder Público, e a concorrência se dá pela qualidade da solução técnica. As usuais modalidades de licitação não só desqualificam o resultado como desvalorizam o trabalho intelectual. Poderia partir desta Casa um projeto de lei estabelecendo concurso como modalidade obrigatória para projetos de obras públicas; tal proposta seria inovadora no cenário nacional. A atual conjuntura política do País tem conduzido a uma descrença no mundo político. Não podemos aceitar, contudo, que isso sirva de pretexto para a demonização de tudo que é público, nem das lutas reivindicatórias pelas causas

coletivas. Esse é um caminho perigoso, sobretudo num País sem uma tradição democrática sólida, País que sofre tropeços na democracia a cada 20 ou 30 anos de sua vida republicana. Tal quadro tem servido para reduzir o debate político nacional a uma hipócrita disputa entre corruptos e não corruptos, ou pior, a redução da coisa pública ao lugar de todos os vícios, e, o privado, ao lugar das virtudes. Ora, uma leitura menos maniqueísta permitiria reconhecer que é justamente nesta obscura interface público-privada, e com responsabilidade de ambos, que está o cerne do problema. Não basta portanto reivindicarmos a ética e a moralidade na coisa pública, mas também no campo privado, do mercado produtivo e financeiro, sobretudo, no setor da construção civil, o mais envolvido em escândalos e negócios espúrios. O IAB se coloca na defesa do interesse público, da qualificação e valorização do corpo técnico, injustamente atacado, e ainda das instâncias participativas do Município. O caminho para o avanço civilizatório não está na redução do papel do Estado, mas na ampliação dos espaços democráticos e no maior envolvimento da sociedade civil, de forma independente e autônoma, plural e transparente. Por fim, senhoras e senhores, o IAB se coloca, como sempre fez nos últimos 69 anos, à disposição deste Município e desta Casa para contribuir com o desenvolvimento econômico e social da Cidade e convida a todos e todas a participarem dos debates que promovemos em torno da cultura e da política urbana, todas as quartas-feiras, de forma gratuita, já por seis anos, no Solar do IAB. É isso. Obrigado, Vereadores e Vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Convidamos o Sr. Rafael Pavan dos Passos a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ADELI SELL:** Em meu nome e em nome da minha bancada – Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, nossa Líder, e Ver. Aldacir Oliboni –, quero saudar o Rafael pelo IAB, toda a sua diretoria, os seus membros, os ativistas do urbanismo em Porto Alegre. Às vezes, eu me pergunto, Rafael, onde está a modernidade que esteve presente de forma tão evidente na dobrada do século XIX para o século XX em Porto Alegre. Em algum momento, essa ficou suspensa e, hoje, eu acho que regride. Como V. Sa. colocou muito bem aqui, o nosso Conselho Municipal acaba sendo um órgão simplesmente de análise de alguns projetos e não discute a Cidade, não tem essa interligação com todas as secretarias. Precisamos, Presidente, Ver. Cassio Trogildo, fazer esse debate, como começamos dias atrás aqui, quando V. Exa. propôs o debate sobre o Plano Diretor. Temos que trazer toda experiência do IAB, toda experiência que vem de técnicos e profissionais que fizeram planos diretores, que estiveram presentes nos planos diretores. Nossa bancada deixou também muito clara a sua votação aqui, neste ano, sobre essa questão do planejamento, do licenciamento. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra; o equilíbrio é importante numa cidade sustentável. É isso que a Bancada do Partido dos Trabalhadores quer colocar aqui, se colocando à disposição não só do IAB, mas da

Mesa Diretora para que a gente possa fazer a melhor, a mais ousada, a mais determinada revisão do Plano Diretor. Viva Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Obrigado, Ver. Adeli. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Quero cumprimentar o nosso Presidente do IAB, o Rafael Passos, em meu nome e em nome dos Vereadores Roberto Robaina e Prof. Alex, nosso Líder do PSOL. Primeiro, quero te cumprimentar pelo trabalho excelente que o Instituto de Arquitetos do Brasil tem cumprido na cidade de Porto Alegre ao longo dos últimos anos. Eu acompanhei o trabalho ao longo da última década e tive a oportunidade de, em vários momentos, estar junto com o IAB debatendo o tema do concurso público que tu trouxeste à tribuna e que é uma forma de democratizar, de discutir o conceito das obras públicas e de, inclusive, reduzir a corrupção e a lógica de que o mesmo que faz – como funciona hoje nas licitações – também faz o projeto. Tu também trouxeste o tema das relações com os corruptores nesse processo, como nós estamos vendo, em nível nacional, as investigações da Lava Jato. Então o tema dos concursos públicos, o tema dos direito à cidade, o tema do planejamento urbano, o tema da regularização fundiária são temas que o Instituto tem defendido de maneira fundamental na cidade de Porto Alegre, e o IAB cumpre esse papel. Redobra-se o desafio na revisão do Plano Diretor. Nós temos o desafio de CMDUA, de rever aquilo que já está previsto para ser revisto em lei e até agora não foi cumprido. E, mais do que isso, garantir que a revisão do Plano Diretor signifique, de fato, o avanço no planejamento urbano, na preservação, na sustentabilidade, na construção e no crescimento de forma equilibrada, responsável, inclusiva, de combate às desigualdades, e não a supressão das liberdades democráticas, a supressão do controle público, como foi no último Plano Diretor, quando se tirou os projetos de impacto 1 e 2 de passar pela Câmara de Vereadores, trazendo mais dificuldades para a fiscalização desse tipo de projeto. A questão da não inclusão da regularização fundiária com o Escritório de Arquitetura Pública, que nós defendemos no Plano e que não passou, também dificulta. Não entrar em temas como o IPTU progressivo, o combate aos vazios urbanos e a especulação imobiliária também não resolve. Assim teremos uma Revisão do Plano Diretor conservadora, no sentido de ampliar as desigualdades, ampliar o poder da especulação imobiliária sobre o poder público e, sobretudo, sobre a Cidade, como estamos vendo agora. Para isso não acontecer, precisamos lutar muito. Eu sei que o IAB vai estar nessa luta, os movimentos sociais populares também, e a Bancada do PSOL certamente estará junto. Parabéns para vocês! Contem conosco.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, primeiro quero trazer um abraço ao Rafael Pavan dos Passos e a todos da diretoria e membros do IAB que estão conosco nesta tarde, e dizer que não é novidade o reconhecimento pelo Estado, por Porto Alegre, para com o nosso Instituto dos Arquitetos do Brasil. Os seus 69 anos de história já expressam o que se fez no Instituto para se galgar essa posição de respeito todo especial que nós porto-alegrenses e gaúchos temos pelo Instituto e por suas direções.

Quero dizer e parabenizar, porque é uma das primeiras vezes em que se vê alguma instituição estar conosco para conversar sobre Plano Plurianual em primeiro lugar. Eu sou professor de Orçamento Público e venho de longe. Esse linque que se faz, que se deve e se precisa fazer entre o Plano Plurianual, o PDDUA, o Conselho do Plano Diretor e toda e qualquer outra legislação que retrata, espelha, conduz e que regra o planejamento urbano é muito bem-vindo para nós, e é por isso que quero te cumprimentar pela presença e pelo tema, sendo que muito poucas vezes ouvimos falar sobre isso, nesse momento em que se trata do Plano Diretor, e eu concordo na íntegra. O plano é um projeto de médio prazo que espelha o que precisamos, o que deveria ser apresentado para quatro anos, mas não poderia ser desfocado de um plano maior que pense a Cidade no longo prazo. Portanto, o nosso abraço.

Com relação ao IPTU progressivo, em 1992 eu era Vereador de Porto Alegre e apresentei um projeto instituindo o IPTU progressivo, foi aprovado, mas, por uma posição do Judiciário, foi considerado inconstitucional por uma série de questões as quais me parece que hoje foram supridas. O concurso público é uma prática moderna que deve sim ser feito e, deixando de lado a modéstia, em 1975 eu já lecionava licitação pública; a nossa velha e tradicional licitação, em que se criaram leis e amarras de todos os jeitos e cantos, mas que, na verdade, ainda hoje é um grande instrumento da roubalheira nacional. Quem já atuou no comando do setor público sabe com muita profundidade os acordos que se estabelecem quando se promovem, se lançam esses editais de licitação pública. Eu vivo dentro disso há 40 anos, a mim eles não enganam. Portanto, a presença e participação das entidades num concurso público, com pessoas que conheçam o regulamento, é de uma extraordinária validade. Aquele abraço e agradeço pelo convite que o senhor fez no final da sua fala.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CASSIÁ CARPES:** Quero saudar o Presidente e saudar o Rafael. Parabéns pela entidade de vocês, Eu os acompanho desde a Assembleia, fui deputado lá quando vocês ganharam uma licitação, e automaticamente esse é um tema que, como



bem falaste na tribuna, não é de conhecimento de todos. As pessoas têm que ter noção de que esse é um tema muito sensível à sociedade. As modificações no Plano Diretor são necessárias, mas têm que ter muita harmonia com a sociedade, por isso existem as audiências públicas onde as comunidades se referem e lutam pelas suas melhorias. E naturalmente, em nome do Partido Progressista e em meu nome, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Nedel, Ver.<sup>a</sup> Mônica e Ver. Matheus Ayres, queremos nos solidarizar e parabenizar. Cada vez que aqui na Câmara, pela experiência que nós todos temos – muitos aqui fomos Secretários –, mas quando a Secretaria de Planejamento era separada da SMOV... Hoje uniu outras atribuições, mudou muito, e isso confundiu muito, mas entendo que esses debates são necessários. Tenho certeza que o Instituto de vocês pode vir às Comissões aqui da Casa ampliar esses debates, e nós entendermos melhor a situação. Eu tenho muita resistência quando se traz um projeto para esta Casa alterando isso ou aquilo na Cidade; acho que o Plano Diretor não pode ser uma colcha de retalhos, tem que ser muito bem pensado, planejado, e nesse sentido que parabenizo vocês. Tenho certeza de que a Casa estará aberta para essas conversações. Parabéns, contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, falo pela oposição, pelo PSOL e pelo PT, fortalecendo a fala do Rafael, nós precisamos de um processo participativo de verdade. Então, tem que ter uma escuta verdadeira da população. Estás cobrando o seminário de balanço, acho que é muito importante, mas com a sociedade. E quero referir que o Presidente já fez aqui dois momentos importantes, mas para os Vereadores, para a assessoria; acho que o Governo precisa socializar esse diagnóstico e ouvir a população para saber qual a sua avaliação sobre a aplicação do Plano Diretor. Acho que é um assunto extremamente pertinente e necessário, que atinge a vida das pessoas. Rafael, tu propuseste que nós tenhamos mais atenção com a regulamentação fundiária, com uma política, de fato, do Plano Diretor, tu querias que ficasse como um desafio para o conjunto dos Vereadores e Vereadoras, porque o tema da desocupação e das ocupações em Porto Alegre é dos mais candentes, e talvez esse seja um dos temas sobre o qual tenhamos que nos debruçar de forma mais aprofundada. Quero, por fim, dizer que temos uma lacuna - e a IAB tem um trabalho superestratégico -, e a Prefeitura acaba gerenciando projetos especiais. E há uma única experiência em Porto Alegre, que é o Plano Integrado da Lomba do Pinheiro, realizado pela Secretaria de Planejamento, virou lei nesta Casa, e sei que hoje é um parâmetro – pode não ser uma maravilha – para aprovação de todos os projetos na Lomba do Pinheiro, e ele foi construído considerando todas as áreas. E me parece que esse plano setorial, integrando as áreas e estabelecendo parâmetros, pode breçar essa fragmentação, essa aprovação isolada de projetos especiais que fragmenta a região, que não garante uma unidade na região. Então, eu estou

insistindo muito nessa questão do plano integrado de cada um das regiões; parece-me que há modulação entre o Plano Diretor e a aprovação do projeto. Eu queria deixar esse desafio para o IAB se debruçar um pouco mais sobre esse tema. Obrigada pela tua presença.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Agradecendo a presença do IAB, do seu Presidente Rafael Pavan dos Passos; como já referiu a Ver.<sup>a</sup> Sofia, nós estivemos com o Conselho do Plano Diretor visitando o Prefeito Marchezan, porque a revisão do Plano precisa ser estartada através de um projeto de lei de revisão, que é do Executivo. No momento em que faltam 60 dias ainda, o Executivo não soube nos dizer se mandaria este ano ou ano que vem; eu acredito que será no ano que vem, quando justamente fecham os dez anos da última revisão. A última revisão iniciou em 2008 e finalizou em 2010, então o prazo fica entre 2018 e 2020, mas nós acreditamos que, no ano que vem, o Executivo deverá mandar o projeto de revisão. Nós começamos uma etapa de preparação do Legislativo, fizemos, com a equipe de urbanismo da Prefeitura, dois seminários internos, um com o histórico do Plano Diretor e outro com as percepções do atual plano. Estávamos aguardando o novo secretário, que agora já está então indicado, para propormos um seminário aberto, uma grande audiência aberta. E aí eu queria já deixar o convite para o IAB, desde agora, para nós estartarmos a discussão através do Legislativo, o que não significa que o Executivo depois não vá fazer a sua etapa de discussão. Só para finalizar, o que ficou claro no nosso debate no seminário é que é uma matéria que precisa de muita participação, até o termo que os técnicos do urbanismo usaram é que tem que ser uma construção colaborativa, e quanto mais se aprofunda no tema, mais se verifica que é muito técnico o termo. Então, como fazer de forma colaborativa um tema que é tão técnico? Agradeço a presença do IAB, estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h01min):** Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 195º aniversário do Grande Oriente do Brasil, nos termos do Requerimento nº 134/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. José Fernando Clemente de Fraga, Grão-Mestre Adjunto Estadual; o Sr. Luiz Carlos Rodrigues Padilha, Secretário do

Interior e de Relações Públicas e o Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Cassio Trogildo, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha aqui nas galerias da Câmara e também ao vivo pela TVCâmara. Quero saudar nossos homenageados: Sr. José Fernando Clemente de Fraga, Grão-Mestre Adjunto Estadual do Grande Oriente do Brasil; Sr. Luiz Carlos Rodrigues Padilha, Secretário de Interior, e Relações Públicas do RS e Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura. Peço licença aos meus colegas Vereadores que integram a maçonaria para prestar esta justa homenagem. A iniciativa partiu de membros do Grande Oriente do Brasil que me procuraram pedindo que a Câmara de Vereadores fizesse esta homenagem aos 195 anos da instituição. Criada, Ver. Idenir Cecchim, em 17 de junho de 1922, com a incumbência de levar a cabo o processo de emancipação política do País, por três lojas do Rio de Janeiro. A Grande Oriente Brasileira foi a primeira obediência maçônica com jurisdição nacional. Teve como seus primeiros mandatários: José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro do Reino e de Estrangeiros e Joaquim Gonçalves Ledo. Em 4 de outubro daquele ano, após a declaração de independência de 7 de setembro, José Bonifácio foi substituído pelo então príncipe regente e, logo depois, Imperador D. Pedro I. Instalado no Palácio Maçônico do Lavradio, no Rio de Janeiro, a partir de 1842, e com lojas em praticamente todas as províncias, o Grande Oriente do Brasil logo se tornou um participante ativo em todas as conquistas sociais do povo brasileiro, fazendo com que sua história se confunda com a própria história do Brasil independente. Através de homens de alto espírito público, colocados em áreas importantes da atividade humana, como as classes liberais, a imprensa e as Forças Armadas, o Grande Oriente do Brasil iria ter, a partir da metade do século XIX, atuação marcante em diversas campanhas sociais e cívicas da Nação. Teve destaque na campanha pela extinção da escravatura negra no País, obtendo leis que foram abatendo o escravagismo paulatinamente; entre elas a Lei Euzébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico de escravos, em 1850, e a Lei Visconde do Rio Branco, de 1871, que declarava livre as crianças nascidas de escravas, daí em diante a Lei do Ventre Livre. A campanha republicana, que pretendia evitar um terceiro reinado no Brasil e colocar o País na mesma situação das demais nações centro e sul americanas, também contou com intenso trabalho maçônico de divulgação dos ideais da república, nas lojas e nos clubes republicanos espalhados por todo o País. Na hora final da campanha, quando a república foi implantada, ali estava um maçom a liderar as tropas do Exército com seu prestígio: Marechal Deodoro da Fonseca, que viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Durante os primeiros quarenta anos da República – período denominado “República Velha” –, foi notória a participação do Grande Oriente do

Brasil na evolução política nacional através de vários presidentes maçons, além de Deodoro: Marechal Floriano Peixoto Moraes, Manoel Ferraz de Campos Salles, Marechal Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís Pereira de Souza. Em 1983, investia na juventude, ao criar a sua máxima obra social: a Ação Paramaçônica Juvenil no âmbito nacional destinada ao aperfeiçoamento físico e intelectual dos jovens de ambos os sexos, filhos ou não de maçons. Hoje são aproximadamente 2 mil lojas e mais de 60 mil membros ativos, sempre com uma qualidade intelectual entre os seus membros, fazendo com que o Grande Oriente do Brasil seja reconhecido como potência regular e legítima pela Grande Loja Unida da Inglaterra, uma das mais respeitadas instituições internacionais. Não poderia, Ver. Idenir Cecchim, deixar de registrar este momento dos 195 anos do Grande Oriente do Brasil.

**O Sr. Idenir Cecchim:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cento e noventa e cinco anos, Ver. Cassio Trogildo, são muito anos. A homenagem aqui, que o próprio Presidente está fazendo pela importância que merece o nosso GOB, já mostra a importância que nós, vários irmãos aqui – estamos em vários irmãos –, temos para com o GOB, para com essa potência que começou e teve participações importantes, desde o início do nosso Brasil. Desde o início, o Grande Oriente do Brasil tem trazido à luz e mostrado o caminho para várias lutas, vários episódios importantes da nossa República. Começou no Império, mas com participação importantíssima na República, com participação importantíssima em eventos nacionais, para com as coisas que dizem ao bem da população brasileira. O GOB sempre lutou contra a corrupção, uma das grandes chagas nacionais, para o bom andamento da coisa pública e para com os irmãos espalhados por todo esse Brasil, particularmente aqui pelo Rio Grande do Sul. Meus cumprimentos, Presidente, pela homenagem, e que as nossas potências se unam cada vez mais e os nossos irmãos sejam verdadeiros irmãos por onde quer que passem, seja no setor público, privado ou até mesmo nas famílias. Que assim seja! Um grande abraço. Leve um abraço da Câmara de Vereadores para o nosso Grão-Mestre, particularmente deste irmão. Muito obrigado.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador-Presidente, ao tempo em que saúdo o presidente dos trabalhos e o Sr. José Fernando Clemente de Fraga, Grão-Mestre Estadual Adjunto do Grande Oriente do Brasil saúdo também o Sr. Luiz Carlos Rodrigues Padilha, Secretário do Interior Relações Públicas do Grande Oriente do Brasil e o Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil. Seguindo inclusive a trilha do Vereador que me antecedeu, me somo aos cumprimentos, porque realmente saudar uma entidade com a história maçônica do Grande Oriente, retornar dois séculos, 195 anos, é remexer na história do Brasil, com certeza a época da fundação coincide com grandes acontecimentos da história nacional. Ninguém desconhece que na formação política desta Nação a maçonaria tem importância significativa desde a Independência do Brasil

à Proclamação da República, e por aí adiante. Então, queria cumprimentar os dirigentes do Grande Oriente, que são guardiões de todo o tesouro histórico, todo esse patrimônio de valor incalculável pela sua grandiosidade, almejando que os próximos cinco anos transcorram com a mesma serenidade e tranquilidade passadas nesses 195 anos. E queira Deus, Vereador, não digo nesta Casa, mas aqui neste mundo, possamos estar juntos para confraternizar no festejo do bicentenário. Acho que prognóstico mais otimista para quem já está aos 77 anos de idade não pode ocorrer, mas o desejo se soma à convicção de que o Brasil não seria o que é não fosse a Maçonaria. E, obviamente, o Grande Oriente, que a representa aqui no Rio Grande do Sul é merecedora não só do reconhecimento das homenagens, como até mesmo do compromisso de que a sua respeitabilidade no significado histórico da sua atuação haverá de ficar perene ao longo de todo o tempo e, certamente, irá alcançar 200 anos de brilhante, meritória e relevante existência dessa entidade maçônica. Meus cumprimentos e minha alegria em poder cumprimentá-lo nessa hora.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

**A Sra. Mônica Leal:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sr. José Fernando Clemente de Fraga, Grão-Mestre Estadual Adjunto da Grande Oriente do Brasil; Sr. Luiz Carlos Rodrigues Padilha, Secretário do Interior Relações Públicas da Grande Oriente do Brasil; Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura da Grande Oriente do Brasil. Vereador proponente desta justa e merecida homenagem, prestei atenção na sua fala e anotei alguns itens que faço questão de registrar: conquistas sociais do povo brasileiro. A história da Grande Oriente do Brasil, que marcou algumas das coisas que o senhor falou, eu registrei de maneira muito significativa, com a atuação marcante em diversas campanhas sociais: reconstrução política nacional, e o investimento na juventude em âmbito nacional. Justamente essa atuação forte, dedicada, de fraternidade no Brasil de hoje, que além de todas as suas atribuições e iniciativas, demonstra sua indignação com a corrupção, apoiando o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Polícia Federal, e clamando por uma necessidade urgente de uma reforma política eleitoral. Esses 195 anos de história da Grande Oriente, o povo brasileiro, o povo gaúcho, o povo porto-alegrense sentem-se extremamente agradecidos por esse empenho. Queria dizer, Vereador, que o senhor foi muito feliz em fazer esta homenagem, justa e merecida. E também quero registrar que, no início deste mês, eu tive a honra de ser convidada a comparecer a uma cerimônia, na qual fui surpreendida com uma grande homenagem à memória de meu pai, Pedro Américo Leal. Foi um momento muito marcante, emocionante na minha vida. Tenham a minha declaração de eterna gratidão e admiração. Parabéns, Vereador.

**O Sr. Márcio Bins Ely:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassio Trogildo, permitem-me fazer uma saudação ao poderoso irmão José Fernando Clemente de Fraga, meu mestre adjunto do GOB; ao Luiz Carlos

Rodrigues Padilha, também nosso poderoso irmão Secretário-Geral de Interior e Relações Públicas do GOB; nosso Secretário de Educação e Cultura, poderoso irmão Luiz Fachin. Permitam-me, na extensão de Mesa, citar os irmãos que, com suas presenças, abrilhantam os trabalhos da nossa tarde, especialmente o irmão Adriano, que tenho certeza, tem colaborado sobremaneira com os trabalhos que acabaram por nos ocasionar esta oportunidade, em que o Ver. Cassio Trogildo faz este registro tão importante do transcurso dos 195 anos do GOB. Tenho certeza de que o grande Arquiteto do Universo, Ver. Cassio, que é Deus, está iluminando os trabalhos da nossa tarde hoje aqui na Câmara. E a Maçonaria unida do Rio Grande do Sul está em festa, porque hoje o Legislativo Municipal faz este reconhecimento justo, e a Cidade, através desta manifestação, por iniciativa do Ver. Cassio e, com a certeza, de todos os Vereadores que me antecederam e com a subscrição dos demais Vereadores, fazem este reconhecimento àqueles que trabalham no seu dia a dia, nas suas oficinas, lapidando a pedra bruta e dando a sua contribuição para a sociedade, para que seus membros, seus integrantes, para que o povo maçônico possa fazer a diferença no andar da carruagem da nossa sociedade, que tanto precisa de homens com retidão de conduta, probos, que possam estar fazendo a diferença, especialmente combatendo tudo isso que a gente tem visto, meus irmãos. Então, acho um momento muito oportuno e muito feliz de V. Exa., Presidente Cassio Trogildo, fazer este registro, de tamanha relevância no contexto da sociedade civil gaúcha, a quem queremos aqui, em nome da bancada do PDT, da Liderança do meu partido, também deixar nossos efusivos cumprimentos. Vida longa ao GOB! Parabéns pelo trabalho que vem sendo desempenhado junto ao povo maçônico nas suas oficinas e tudo aquilo que representa a maçonaria na construção de uma sociedade, de um futuro melhor para todos nós. Parabéns, mais uma vez, Vereador, parabéns aos irmãos, obrigado pela presença, e transmitam um tríplice fraterno abraço ao nosso venerável mestre Nestor, da Themis, nº 157, grande loja que registro aqui também com muita alegria. Também ao nosso sereníssimo Grão-mestre para que possamos estar fazendo esse trabalho irmanados em prol de uma sociedade cada vez mais justa, mais fraterna, mais igualitária para um mundo melhor. Parabéns, Presidente Cassio Trogildo. Muito obrigado.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Agradeço o aparte.

**A Sra. Comandante Nádia:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Cassio Trogildo, eu gostaria de parabenizá-lo por esta justa homenagem aos 195 anos do Grande Oriente do Brasil. Parabéns por sua sensibilidade e por estar fazendo isso hoje aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Quero dizer que fico muito feliz com esta justa homenagem que o Vereador Cassio está propondo aqui na Câmara de Vereadores, porque são vocês, homens dessa grande Maçonaria, que fazem com que todos os dias nós possamos lembrar dos princípios e dos valores tão esquecidos no dia a dia das nossas comunidades. Estamos vivendo um momento de crise política, de crise econômica, uma crise de valores também. E nós, mulheres e homens de bem, não

podemos deixar que isso assale o povo brasileiro. E eu sei da capacidade, do empenho, da missão que têm os maçons aqui no nosso Brasil. Sou casada com um maçom; na minha família, praticamente todos os homens são da Maçonaria. Sinto-me muito orgulhosa de estar aqui, juntamente com o Ver. Cassio, podendo homenageá-los. E mais, quero agradecer imensamente pelo trabalho que vocês têm feito, por esta construção para relembrar os valores, a ética, os princípios que regem as nossas famílias, os nossos governos e fazermos com que a sociedade seja mais igualitária, mais justa para que possamos viver e ser exemplos de cultura e de paz. Muito obrigada pela oportunidade; Vereador, parabéns, vida longa ao Grande Oriente do Brasil.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Chegando ao final, então, desta minha manifestação, quero, mais uma vez, agradecer às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores, a todos que nos acompanham nesta homenagem; agradecer ao engenheiro Adriano Borges Gularte pela sugestão, meu chefe de gabinete, que trabalha comigo já há muito tempo; e agradecer ao Grande Oriente do Brasil por ter aceito a possibilidade e ter me dado a oportunidade de, nesta tarde, poder fazer esta homenagem. Muito obrigado, um grande abraço, vida longa ao Grande Oriente do Brasil. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Convidamos o Ver. Cassio Trogildo e os demais membros desta Casa para procedermos à entrega do Diploma em homenagem aos 195 anos do Grande Oriente do Brasil ao Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Dando continuidade, passo a palavra ao Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil.

**O SR. LUIZ FACHIN:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O GOB é imensamente grato pela homenagem. O Grão-Mestre, impedido de se fazer presente neste ato, representado por seu Grão-Mestre Estadual Adjunto, Sr. José Fernando Clemente de Fraga, que se fez acompanhar pelos Grandes Secretários do GOB, do Interior e de Relações Públicas, Sr. Luiz Carlos Rodrigues Padilha, de Educação e Cultura, este que voz fala; de outras autoridades e demais maçons, aos quais faço o meu respeitoso cumprimento. Inclusive, os maçons ausentes sentem-se honrados e felizes pela lembrança da passagem dos 195 anos do Grande Oriente do Brasil por esta Colenda entidade representativa do povo porto-alegrense, convidado para este ato

de consideração ou homenagem, o Grande Oriente do Brasil do Rio Grande do Sul. Faço esta distinção, porque o Grande Oriente do Brasil do Rio Grande do Sul foi instalado pelo próprio Poder Central Maçônico para promover a reunião dos maçons neste Estado, tendo por objetivo o estudo, a prática da doutrina e filosofia da maçonaria com a finalidade educativa, social e filantrópica voltada ao serviço de auxílio da comunidade em geral. Permitam, como registro a esta data comemorativa dos 195 anos, agradecer as amáveis palavras proferidas em favor da maçonaria, em especial ao Grande Oriente do Brasil. E que traga a lembrança também a respeito da história, além das já referidas pelos Exmo. Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, e demais Excelentíssimos Senhores Vereadores Idenir Cecchim, Reginaldo Pujol, Mônica Leal, Márcio Bins Ely e Comandante Nádia, as primeiras lojas no Brasil formaram-se por iniciativa de um pequeno número de maçons, admitidos nos segredos da ordem, no Exterior, e criaram ou encontraram espaço de atuação nos clubes e sociedades de cunho liberal (os gabinetes de leitura) citados como exemplo mais expressivo de embriões da Maçonaria. A partir desses, foram criadas as lojas, tal como consta na ata de 17 de junho de 1822, do próprio *blog*, a loja Comércio e Artes, única até então regular, composta por mais de 90 maçons, que a assembleia do povo maçônico brasileiro erigiu mais duas lojas, que receberam a denominação de União e Tranquilidade e Esperança de Niterói. Isso porque era um dos principais requisitos da legislação da grande loja unida da Inglaterra, a existência de três lojas regulares para que fosse instituído o Grande Oriente do Brasil. Portanto, a criação do Grande Oriente do Brasil, primeira ordem maçônica do território brasileiro, foi feita da reunião de forças para que nos anos posteriores fosse partícipe, como foi dito pelos eminentes Vereadores, dos grandes acontecimentos políticos sociais da história do Brasil. Antes, porém, com as manifestações de José Bonifácio e o pedido de José Clemente Pereira, presidente do Senado, ambos maçons, Dom Pedro I conheceu a força e a influência maçônica, entendendo, pois, o recado, dizendo: “Diga ao povo que fico!” O primeiro passo dos maçons foi, portanto, o Fico, de 9 de janeiro, para depois conseguir a independência do Brasil. O Grande Oriente do Brasil é merecedor, sim, dessa consideração especial, porque é onde tudo começou na Maçonaria Brasileira e pelo que representou e representa para o País, pelos seus reconhecimentos internacionais, pelo carisma de obediência maçônica com grande lastro histórico e patrimônio de quase dois séculos de trabalho pelo Brasil. Por outro lado, pensa-se que, no Rio Grande do Sul, as agremiações de maçons formaram-se não só com maçons provenientes do centro de nosso País, mas, também, como escreveu Antônio Augusto Fagundes, o memorável Tônico, com maçons formados por outros, próceres da hierarquia maçônica tal como San Martin e Carlos Alvear, fundadores de lojas na Argentina e no Uruguai, que sob a orientação desses, se organizaram triângulos e lojas nos Municípios de Pelotas, Rio Grande e Rio Pardo – Município grandioso que tomava quase todo o Rio Grande do Sul –, além das de Porto Alegre, é claro. Sem levar em conta as considerações sobre as pequenas agremiações, de fato, a primeira loja maçônica que comprovadamente se instalou no Estado, é a Filantropia e Liberdade, fundada em 25 de dezembro de 1831, na cidade de Porto Alegre, mas pelo Grande Oriente do Passeio - não foi o Grande Oriente



do Brasil que instituiu a primeira loja maçônica no Estado, - presidida pelo militar e grande líder da Revolução Farroupilha, nosso Bento Gonçalves.

Outras Lojas, de forma regular, foram instaladas, mas a primeira sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, foi a Razão e Virtude n.º 23, em Santo Antônio da Patrulha, fundada em 2 de setembro de 1833. Com base nesse registro, o Grande Oriente do Brasil — Rio Grande do Sul, sob o pensamento, não de disjunção, mas de estabelecer o começo da Maçonaria no nosso Estado. Quer a sua certificação para se afirmar que ela oficialmente ocorreu em 2 de setembro de 1833; portanto, se assim for, completará 184 anos no mês de setembro próximo. Por fim, não cabe dizer outra coisa do que rogar ao Supremo Criador que nos proteja e nos conceda sabedoria para seguir a linha de intenções e realizações promovidas no início da história do Grande Oriente do Brasil no sentido do firmamento social de nossa Pátria para que, continuamente, sejamos merecedores de atos de consideração tal como a Egrégia Câmara de Vereadores, por iniciativa do atual Presidente Cassio Trogildo, que está nos prestando na data de hoje. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Parabenizamos, mais uma vez, o Sr. José Fernando Clemente de Fraga, Grão-Mestre Estadual Adjunto do Grande Oriente do Brasil; o Sr. Luiz Carlos Rodrigues Padilha, Secretário do Interior Relações Públicas do Grande Oriente do Brasil; o Sr. Luiz Fachin, Secretário de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil e damos por encerrada a presente homenagem pelo transcurso dos 195 anos do Grande Oriente do Brasil. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h36min.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h40min):** Estão reabertos os trabalhos.

Em votação o Termo de Indicação da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia para a titularidade da Procuradoria Especial da Mulher no período de 29 de junho de 2017 a 28 de junho de 2018. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, nova Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, permita-me mencionar aqui as três Vereadoras que compõem esta egrégia Casa, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, às quais agradeço pela confiança de estar agora assumindo aqui a Procuradoria Especial desta Câmara Legislativa. Gostaria de mencionar aqui a diretora do Departamento de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul, Salma Valêncio; a

representação feminina da Aiamu, as auditoras que se fazem presentes; a nossa Presidente do PMDB Mulher, Eunice Flores, e toda sua executiva; a Fernanda Machado, da Coordenadoria Municipal da Mulher; a Cátia Lara, aqui representando a Procuradoria Especial da Mulher na Assembleia Legislativa e também no gabinete do Dep. Édson Brum; a Sra. Rosângela Garcia, Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, recém empossada, minha colega, até o ano retrasado eu era a Vice-Presidente desse nobre e relevante Conselho; a Sra. Leocádia Jung, pelo Fórum Estadual das Mulheres; todas as outras mulheres que estão aqui sendo representadas por esse nome. Em especial, quero dar meu abraço, meu carinho, respeito e meu amor para a minha mãe, Clédia, que aqui está, exemplo para a minha vida.

Fico muito feliz por hoje estar assumindo a presidência da Procuradoria Especial da Mulher, pois esse foi um espaço conquistado nesta Casa Legislativa pela compreensão da relevância que tem a pauta da mulher nas várias instâncias do nosso Município. Não poderia o Legislativo abster-se diante de tanta violência contra a mulher, da discrepância salarial, da falta de incentivo profissional e de tantos outros problemas que tão bem conhecemos. É certo que a humanidade experimenta, nos últimos séculos, um impressionante desenvolvimento tecnológico, mas evidencia-se que ele não se faz proporcional ao mesmo progresso em sentido moral. Ou seja, em nossa assimétrica civilização ainda persistem, com extraordinária renitência, inúmeras discriminações que se originam em diversificadas formas de violência, a justificar a assertiva de Einstein de que nossa tecnologia ultrapassou a nossa humanidade. E é mais do que hora de que possamos novamente transcendê-la. Porém, nós mulheres, quatro Vereadoras e toda a comunidade porto-alegrense de mulheres, não podemos fazer esse enfrentamento sozinhas, precisamos dos nobres colegas Vereadores desta Casa, homens de bem que fazem a grande diferença no enfrentamento à violência doméstica, e que têm como pauta também o fortalecimento das mulheres porto-alegrenses.

Num primeiro momento, quero parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon que esteve à frente da Procuradoria desde a sua criação nesta Casa e que fez um trabalho extraordinário com as mulheres. Quero dizer que são os escopos e eixos da nossa Procuradoria propor e executar ações afirmativas para as mulheres porto-alegrenses, elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher. Dizem que nós precisamos, enquanto mulher, fazer com que creches, vagas para as crianças sejam criadas, professores e monitores possam estar nessas creches para que as mulheres possam ascender em suas carreiras, procurar profissões e serem profissionalizadas. Oferecer o suporte necessário para a mulher se inserir no mercado de trabalho. É imperioso para que essa mulher possa sair do ciclo da violência doméstica, ser qualificada, capacitada e ter, sim, o seu espaço concedido, conquistado dentro do mercado de trabalho. Proteger, fortificar e fazer ações afirmativas, com certeza, são as nossas metas. Faremos aqui, dentro da Procuradoria, grandes ações com a ajuda das quatro Vereadoras e de todos os Vereadores homens, que se juntam a esse combate da violência. Dizer a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal que ela está convocada para ser a minha Vice-Presidente e fazer esse trabalho em conjunto com as mulheres e fazermos, sim, a nossa Procuradoria mais forte e mais qualificada.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo esta oportunidade, dizendo que a mulher tem que ter autonomia.

**A Sra. Sofia Cavedon:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Comandante Nádia, esse espaço, como V. Exa. diz, é um espaço novo e muito precioso. Cada uma de nós tem um perfil, uma área de atuação, uma área que domina mais. Nós, infelizmente, criamos a Procuradoria num decréscimo de presença de mulheres aqui. Tem sido um aprendizado a relação de quatro partidos bem diversos, trabalhar temas juntos, eu acho que é um aprendizado muito importante. V. Exa. vai sentir, eu fazia registro das falas fortes das entidades de mulheres que estiveram na prestação de contas que organizei e vai sentir que as mulheres são muito guapas e dizem o que têm que dizer, e acho que todas crescemos com isso. Então, quero dizer que, seu eu dei ênfase na área da educação, na discussão da educação e na transformação de uma sociedade não sexista, a sua ênfase, com certeza, será ampliar a trazer a tua caminhada, que é muito significativa, na área da segurança, na área da violência, onde – eu diria – que é a ponta do iceberg da discriminação da mulher, tem tudo aqui embaixo, mas lá na ponta está a evidência do feminicídio, da violência sexual, enfim. Acho que tens uma grande contribuição a dar e nos comandar na contribuição para a mudança da vida das mulheres. Fico muito orgulhosa de termos construído essa divisão nesses quatro anos. Uma excelente gestão e conta com esta Vereadora para que a gente avance na luta das mulheres.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Muito obrigada.

**A Sra. Mônica Leal:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Fui completamente pega de surpresa, não fui nem convidada, fui convocada, e como filha de bom soldado, bato continência e digo que aceito a missão. Mas eu faço questão de registrar que o momento é extremamente importante para mim, porque a causa, a segurança, faz parte da minha caminhada política, assim como faz parte da sua caminhada na Brigada, e agora na política. Então, agora eu aceito e fico extremamente esperançosa que possamos, as duas juntas, lutar por mais segurança, que é um direito que nós perdemos. O cidadão porto-alegrense, o cidadão gaúcho, o brasileiro, perdeu o direito à vida, o direito básico de ir e vir. E nós, as mulheres, que geramos a vida, nós, de forma alguma, podemos aceitar perder essa mesma vida para o crime, para a violência. Então faço aqui um apelo, aceito a convocação, mas que seja prioridade no nosso trabalho essa cobrança, esse anseio, essa busca pelo direito de ir e vir do cidadão gaúcho. Muito obrigada.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Muito obrigada, Ver.<sup>a</sup> Mônica.

**O Sr. André Carús:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora Comandante Nádia, nossa colega de Bancada, cumprimentos pela posse à frente da Procuradoria Especial da Mulher. É um instrumento de interação com

a sociedade, previsto no Regimento desta Casa. Cumprimentos à Ver.<sup>a</sup> Sofia, que anteriormente exerceu a função, e tenho certeza que com a energia do seu primeiro mandato - e cumprimento também as nossas companheiras de partido, do PMDB Mulher, que prestigiam essa posse -, tenho convicção que fará um belo trabalho de afirmação dos direitos da mulher, que devem ser perseguidos, principalmente, por aquelas que defendem, e por todos nós que defendemos uma sociedade mais justa e igual para todos. Obrigado.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Muito obrigada, Ver. André Carús.

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** ..Dizer que a nossa bandeira, o objetivo maior da Procuradoria Especial da Mulher será a mulher, independente de ideologia, independente de partido, de bandeira, de cor, nós estaremos trabalhando exatamente pela mulher porto-alegrense. A mulher tem que ter autonomia para romper o ciclo da violência e ser protagonista da sua própria história. Nós estaremos juntas, as quatro Vereadoras e todos os 32 Vereadores desta Casa Legislativa, trabalhando para fortificar a mulher porto-alegrense e diminuir a violência contra a mulher, contra a família, com a segurança em primeira instância.

Muito obrigada, eu fico extremamente lisonjeada por estar assumindo.  
(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Eu queria, em nome da Mesa Diretora, dar os parabéns à Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que assume a Procuradoria Especial da Mulher nesta Casa, e às Vereadoras Sofia, Fernanda e Mônica por tocarem junto a Procuradoria. Tenho certeza que sempre estarão buscando o melhor para as mulheres no Município de Porto Alegre. Meus parabéns, Ver.<sup>a</sup> Comandante e todas as Vereadoras da Casa.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje. Eu gostaria de começar a minha fala em tempo de Liderança do meu partido, o PSOL, dando destaque a um evento lamentável que aconteceu na Zona Sul de Porto Alegre, no bairro Restinga Velha, nas imediações de uma das nossas escolas municipais, a Escola Vereador Carlos Pessoa de

Brum, que, pelo terceiro dia nesta semana, tem as suas aulas interrompidas por conta de tiroteios. Saravaidas de tiros impediram os trabalhos, mais uma vez, nesta semana, dos professores, das professoras e dos seus alunos. Isso é lamentável! Lamentável no Município que tem o Secretário de Educação que vai a público, usa os veículos de comunicação, e nós temos uma educação ruim, apesar dos grandes investimentos. Senhoras e senhores, educação, aprendizagem não se faz, única e exclusivamente, com uma pessoa transmitindo informações para outra. O contexto social em que essas crianças vivem e no qual esses profissionais trabalham é necessário que seja analisado, para que possamos observar sobre todos os aspectos o que está prejudicando o desempenho dos nossos alunos da rede municipal de ensino. Pelas imagens que estão circulando nas redes sociais, que falam justamente a linguagem visual do que aconteceu nesta semana na EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum: marcas de perfurações nos corredores da escola, vidros quebrados, estilhaços espalhados pelo chão, o terror instalado entre os professores, alunos, que se jogavam no chão do corredor durante tiroteio - senhoras e senhores, isso é lamentável. É impossível pensar em educação de qualidade quando o contexto social, ao qual estas comunidades estão submetidas, não permite que um trabalho digno seja efetuado; portanto, precisamos envolver todos os setores da Prefeitura para mudarmos esse quadro catastrófico. Não é apenas a SMED que tem que se responsabilizar pelo baixo desempenho dos nossos alunos, mas, sim, todas as áreas. Precisamos estudar e analisar a questão do saneamento básico, da urbanização, das ocupações irregulares que precisam ser regularizadas. Nós precisamos dar dignidade a essa população e minimizar os graves problemas sociais que temos lá na Zona Sul de Porto Alegre. Gostaria também de aproveitar este momento para parabenizar os colegas professores por mais uma vitória dura, sofrida, que contou com a colaboração de vários atores. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon também tem ajudado neste movimento para repor o quadro deficitário de profissionais nas nossas escolas. Desde o dia 4 de janeiro, protocolamos um Pedido de Informações para Prefeitura de Porto Alegre, sobre a falta de profissionais nas nossas escolas, que não foi respondido até agora. Desde então, o Governo vem empurrando com a barriga os problemas que são claros dentro das escolas, porque muitas turmas estão sendo liberadas sem que o trabalho seja efetivado por falta de professores. Nós temos concursos abertos e pessoas aprovadas em concurso em todas as áreas do conhecimento – todas as áreas! E hoje o Prefeito e o Secretário vêm a público dizer que vão fazer o chamamento, porém, destaco aqui, esse chamamento será insuficiente frente ao grave problema que a nossa Cidade enfrenta. O Prefeito anunciou que fará o chamamento de 250 profissionais para a área da educação – somente 250 –, e um número maior de pessoas, somente no ano passado, pediu aposentadoria, ou se exonerou do quadro funcional desta Cidade. Ou seja, nós tivemos somente no ano passado o afastamento de mais profissionais do que esses que o Prefeito se dispõe a chamar. O Secretário já afirmou, categoricamente, que, do início do ano de janeiro até o presente momento, já pediram aposentadoria um número maior do que as aposentadorias de todo o ano passado, ou seja, eles vão enxugar gelo com o chamamento de apenas 250 profissionais. O problema ainda vai continuar existindo e nós continuaremos resistindo e exigindo que o quadro de professores seja repostado e que

as nossas crianças sejam dignamente atendidas, num direito que é seu, que é constitucional e que está no Estatuto da Criança e do Adolescente. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Prof. Alex Fraga, eu vou seguir na tua pauta, mas pegando, talvez, alguns outros aspectos, Ver. Carús, Ver. Tarciso, e já mobilizei o Ver. Cassiá. Eu hoje fui, em solidariedade, à Escola Vereador Carlos Pessoa de Brum.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Esta foto mostra um tiro de bala no vidro de uma sala de aula, gente. A Escola Vereador Carlos Pessoa de Brum está vivendo isso. Hoje foi o quarto episódio de tiroteio no entorno da escola. O que eu quero argumentar aqui é que o Governo ainda está achando isso natural, como algo com que se precisa conviver. E não dá mais para aceitar – eu falei agora com a Diretora Gilvania –, 20 professores se desestabilizaram, Ver.<sup>a</sup> Mônica – professoras! –, as professoras choravam, elas tremiam, quem é que consegue conviver com um tiroteio? Olha para o lado e tem bala no teu quadro, na tua parede. E mais: tem que trazer as crianças para o corredor, tirar da sala, sentá-las e esperar passar. Essa é a vida, dia sim, dia não, da Escola Municipal Vereador Carlos Pessoa de Brum no último período. Essa é a fotografia da parede do lado do quadro, a professora chorava copiosamente e dizia: “Eu fico sempre aqui apontando para o quadro”. E ali está a marca da bala. Claro, vocês vão me dizer: “A Cidade está assim, o Estado está assim”. No entanto, vejam o que eu constatei hoje de manhã: eu cheguei às 8h, a Guarda Municipal estava lá e, às 8h30min, saiu, por quê? Porque o comando dela era que voltasse e viesse dar cobertura aqui no PACS, que também é um problema seriíssimo, porque assassinam pacientes dentro do PACS e os nossos trabalhadores estão expostos. Mas não é possível que a única viatura de patrulha escolar numa escola que não tem Guarda, porque as escolas não têm mais a Guarda durante o dia, ela dá uma voltinha no início da aula e vem para cá, aqui no PACS. O que aconteceu? Não tinha tiroteio ainda, comecei a ligar para o Secretário de Educação, acionei vários Vereadores, enfim, então o que nós detectamos? Não temos Guarda para, pelo menos, dar uma sensação de presença e para os bandidos irem brigar fora, mais longe da escola, vão brigar não sei onde. Esse é um dos temas. A Brigada veio lá e disse: “Olha, a nossa patrulha escolar, a patrulha da Brigada, está sem viatura”. Então, na Restinga, não tem a patrulha escolar e não tem a Guarda Municipal motorizada durante o dia, porque ela tem que se deslocar para cá. Gente, é impossível pedir aos trabalhadores e às trabalhadoras que aguentem uma situação de insegurança como essa. Eu vi o vídeo das crianças correndo ontem à tarde, na hora do recreio,

quando começou o tiroteio. Estavam as 400 crianças correndo e brincando no pátio, quando, de repente, todas começam a correr em bando para dentro da escola, porque há um tiroteio ao lado da escola. Hoje de manhã, a Band News dava notícia de uma menina de 14 anos que, no pátio da sua escola, no Rio de Janeiro, foi atingida por uma bala e morreu. Nós não podemos viver isso em Porto Alegre! Claro, esta semana foi na EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum, mas na semana passada foi em outra escola, e a há uma convivência com a violência. Precisamos - e não é fazer demagogia ou fazer alarde - que os órgãos sentem e pensem juntos sobre a segurança nas escolas. Foram me passando os telefones e eu fui telefonando, a Polícia Civil foi lá e fez toda uma orientação para a escola, para fazer o registro, enfim. Eles agora vão atuar, mas nós precisamos de uma pró-atividade do Governo Municipal estabelecendo uma política para garantir a segurança da saúde e da educação, que estão na periferia, uma rede descentralizada que está no foco da guerra do tráfico. Encerro dizendo que fiz esse apelo, pedi para a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, encaminhei para a Frente de Segurança pautar o tema da segurança nas escolas. Temos que construir políticas. Ninguém está querendo cacarejar em cima de dor e de cadáver, não é isso. Vejam que eu fui à escola hoje, depois de três episódios, e sabendo que a escola ainda não tinha nenhuma resposta concreta para o seu problema e para o seu drama.

Uso esse meio minuto que me sobra para dizer que estou muito feliz com a notícia que ouvi hoje ao meio-dia, com o anúncio da nomeação de 255 profissionais na educação, pelo Prefeito Municipal. Ontem, eu dizia que havia uma calamidade, que não era possível estarmos apenas com 3,4 mil professores, porque já tivemos 4 mil. Ainda bem que terá uma atitude positiva...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, depois, prossegue em Comunicações.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores, Vereadoras; pessoas que nos honram com suas presenças na Sessão de hoje. O objetivo da minha fala é chamar a atenção para um caso criminal e judicial de ampla repercussão, que, imagino, toca a toda sociedade brasileira. Uma decisão da justiça, ocorrida na semana passada, permitiu que um criminoso, com pena de 181 anos de prisão, fosse autorizado a cumprir essa pena em regime domiciliar. Trata-se do ex-médico Roger Abdelmassih, condenado, em 2010, por estupro e atentado violento ao pudor, a cerca de 50 mulheres em sua famosa clínica de fertilização. Foi a juíza Sueli de Oliveira Armani, da Justiça de Taubaté, que concedeu o benefício ao preso, por entender que está acometido de enfermidades severas, passíveis de agravamento no

regime carcerário. Sabemos que o Código Penal Brasileiro prevê prisão domiciliar a presos doentes e vulneráveis no ambiente carcerário, e permitiria também se ele já tivesse 80 anos, ele tem 74.

Mas o sentimento geral no clima de comoção que o caso já surtiu desde 2010, com tantas mulheres vítimas exigindo justiça, no momento geral de combate à impunidade, como entender ou aceitar esse benefício concedido a um homem que está preso, depois de ser condenado, por um crime hediondo chamado estupro? Ele não deixou traumatizada somente uma vítima, foram mais de 50, que, uma a uma, foram surgindo após a primeira corajosa a denunciar, que não foi uma paciente, foi uma funcionária da clínica que, denunciando o chefe, encorajou as pacientes, que pagavam muito pelos seus tratamentos. Se não entendemos, imaginem essas mulheres que sentiram na pele a vasta dimensão do que passaram nas mãos dele. O Ministério Público vai recorrer, alegando que o laudo não concluiu de forma categórica que ele deveria sair ou que a unidade não tinha condições de dar o atendimento necessário. Muito pelo contrário, o laudo diz que é um tratamento à base de remédios que podem ser ministrados de qualquer lugar. Quanto à unidade carcerária não ter condição, ela presta assistência e leva o condenado ao hospital. E isso estava sendo feito, tanto é que ele foi internado diversas vezes. Se ele não estivesse sendo assistido, aí seria outra história.

O impacto da notícia da prisão domiciliar está sendo amplamente divulgado pelas próprias mulheres vítimas, que atuam de forma incansável nas redes sociais e na imprensa, a fim de que a decisão seja revertida. A Associação das Vítimas Unidas já lançou um abaixo-assinado “Diga não à prisão domiciliar para o monstro Roger Abdelmassih. Não nos matem”, que será entregue ao Conselho Nacional de Justiça. E a repercussão nos meios de comunicação e de opinião ainda não é maior do que o caso já causou e a notícia recente está causando na vida particular de cada uma dessas mulheres que lutam por justiça. Li que uma delas teve uma recaída, uma crise de pânico, voltando a ser medicada. Uma das mais ativas no grupo se mudou para Portugal e de lá atua e acompanha tudo, seu medo era ficar próximo ao seu algoz. Uma delas declarou: “Perdi parte da saúde, fiquei doente, não consegui engravidar, não tive filhos e me separei do meu marido”. Em reportagem li frases como “Ele acabou comigo emocionalmente”, “Ele destruiu o meu desejo de ter uma família”, “Meu marido não aguentou e me abandonou”.

A violência sexual a uma mulher não afeta só a ela; esse médico, aproveitador, destruiu sonhos, casamentos, famílias, vida. E um detalhe: ele agia, sobretudo, no momento de maior fragilidade das pacientes – na sala de recuperação da anestesia, lá exercia o seu poder. Elas estavam buscando atendimento de um médico conceituado e os avanços da medicina para realizarem o seu desejo de serem mães. Por mais que a união fez a força dessas mulheres contra a impunidade, talvez nunca venha à tona a real dimensão dessa covardia, porque é de supor que outras mulheres tenham sido violentadas sem se darem conta disso, porque estavam totalmente inconscientes, sob o efeito de anestésicos. Segundo a psicóloga Miriam Debieux, da PUC de São Paulo, a condenação do estupro, pela justiça, é o primeiro passo para que a vítima consiga iniciar um caminho de recuperação. Segundo ela, esta resposta social é



fundamental para que a mulher consiga assimilar o que aconteceu e tente trilhar o caminho para superar o trauma. Mas a impunidade e a punição branda fazem renascer o trauma. A prisão do médico, em 2014, quando foi encontrado escondido no Paraguai, muito se deveu à união e à coragem das vítimas que se empenharam totalmente na coleta de cerca de 300 documentos, na pesquisa de novas provas, na busca de informações valiosas sobre o seu paradeiro, na colaboração direta com a Polícia de São Paulo, na descoberta de contas telefônicas, endereços, transferências bancárias, atuando na munição da imprensa, criando uma associação e participação e comemorando a cada desdobramento do caso, sempre temendo a possibilidade de concessão de *habeas corpus* e a prisão domiciliar que, agora, infelizmente se apresentou. Cada vitória dessas mulheres até aqui foi uma inspiração. E espero, como mulher, como cidadã, cumpridora das leis, que trabalha pelo bem social, que elas continuem vencendo. Eu queria fazer esse relato aqui, pois me achei no dever, como mulher, como cidadã, como jornalista e como Vereadora que busca o cumprimento das leis, que defende tudo aquilo que o povo tem direito.

A Ver.<sup>a</sup> Nádia hoje assumiu, com muita honra, a Presidência da Procuradoria Especial da Mulher e me convocou para ser sua Vice; de pronto aceitei. E que essa seja uma causa nossa também. No momento em que esse monstro estuprou uma mulher, ele violentou, de forma covarde, todas as mulheres brasileiras e do mundo. Eu precisava fazer esse relato e pedir o apoio de todos os homens colegas Vereadores desta Casa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, depois, prossegue em Comunicações.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço aos colegas Vereadores Moisés Maluco do Bem e Tarciso Flecha Negra que concordaram com a inversão das inscrições, agradeço pela compreensão. Quero aqui fazer uma reflexão em voz alta sobre um material que li ontem, foi divulgado por alguns veículos de imprensa, sobre uma suposta contraposição que possa ser feita entre o aumento da alíquota da contribuição previdenciária, que é objeto de um projeto do Poder Executivo que tramita nesta Casa e a revisão da planta de valores do IPTU, que, na prática, é aumento de imposto que pesa no bolso do cidadão. Porto Alegre tem cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes; 21 mil servidores públicos municipais; 760 mil imóveis cadastrados na Cidade, nos quais incidem o IPTU; e, hoje, segundo dados recentemente divulgados, a região Metropolitana de Porto Alegre, reflexo da crise econômica enfrentada pelo país de um modo geral, tem 200 mil desempregados. Pois o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, que, legitimamente, defende a não retirada de direitos dos seus representados e daqueles que compõem o serviço público municipal, ontem, a partir de uma matéria veiculada pela Rádio Guaíba, Ver. Cassiá Carpes, disse que prefere então que se aumente o IPTU para os 760 mil

imóveis – aproximadamente – cadastrados na Cidade, e não se aumente a alíquota do Previmpa.

A reflexão que eu faço aqui, e deixo muito claro que sempre fui um combativo Vereador – e tenho sido – na defesa daquilo que é direito adquirido dos servidores públicos, mas não posso concordar que a população de Porto Alegre, o contribuinte regular do IPTU, possa ser usada como argumento político do Simpa para que o projeto da elevação da contribuição previdenciária não avance. Claro que é preciso que o Poder Executivo esclareça se os recursos, em caso de aprovação de aumento da alíquota, não vão para o caixa único do Governo. É preciso que o Governo esclareça se esse recurso, caso seja aprovada a majoração da alíquota, vai compor o fundo previdenciário do Município. Mas eu quero apenas colocar e disse isso para a representante do Simpa, que até alguns estão hoje na galeria e outros têm discutido conosco a respeito dessa matéria, que quando se aventou por parte do Executivo uma revisão da planta de valores do IPTU, que vai repercutir em muitos casos o aumento do imposto, eu antecipadamente disse que não voto nenhum aumento de imposto nesta legislatura. E não votarei! E acho que antes disso deve vir um outro processo, que o Poder Executivo já deveria ter iniciado até mesmo nas gestões anteriores, que é a regularização fundiária das mais de 750 ocupações urbanas que estão irregulares hoje em Porto Alegre. Isso, sim, teria um reflexo positivo na receita do Município. Dessas 750 ocupações urbanas, cerca de 500 sequer pagam IPTU, sequer pagam água do DMAE e sequer pagam a energia elétrica que consomem. Tudo clandestino! Mas também nós temos que considerar a dignidade da pessoa humana e temos que lutar por habitação popular digna para todas elas. Antes da revisão da planta de valores do IPTU, está um processo sério, comprometido e organizado de regularização das ocupações da Cidade. Agora, cá entre nós, não coloquem, representantes do Simpa, a Câmara em um brete, em que nós teremos que decidir entre 21 mil servidores municipais e 760 mil cidadãos contribuintes de IPTU. Não façam isso. Isso subestima a inteligência dos Vereadores, subestima a inteligência da comunidade e não é bem assim que as coisas funcionam! Ninguém vai manipular números aqui. Eu quero saber se essa posição exteriorizada ontem pela direção do Simpa por um veículo de imprensa representa o conjunto da categoria dos servidores. Porque, pelo que eu entendo, o servidor também vai ser onerado com uma possível majoração do IPTU. Então esse é um argumento desonesto. Se ontem acusaram o Prefeito de que pegou pesado com os Vereadores, que tem pegado pesado com os próprios servidores, estão devolvendo na mesma moeda. Agora colocam aqui na Câmara essa contraposição. E, se passa a elevação da contribuição previdenciária, se aprovada: votaram contra os servidores! E passa também, futuramente, se vier o projeto de aumento do IPTU, a aumentar o imposto para a Cidade. Então muita coisa está parada em Porto Alegre, o Parque Belém está fechado, a duplicação da Freeway não avança, a duplicação da ponte do Guaíba está com as obras paralisadas, elefantes brancos que se construíram aqui e não se terminaram, que poderiam servir como espaços de convivência urbana, de integração cultural estão lá sem uso nenhum porque todo mundo olha para o seu umbigo, ninguém olha para a coletividade, e essa manifestação é um exemplo claro disso. Não sou defensor ardoroso

de corporações, mas também não defendo retirada de direitos, e já me manifestei desta tribuna. Acho até que o Prefeito, uma vez que retirou o projeto que previa o fim da reposição automática anual da inflação, deve pagar esse ano a reposição da inflação, e isso pode compor uma mesa de negociações até mesmo sobre a alíquota do Previmpa, agora este Vereador não vai se posicionar contrário a 760 mil proprietários de imóveis que contribuem com IPTU e não vão pagar a conta desta crise. Não é o cidadão de Porto Alegre que vai pagar a conta desta crise.

Por fim, quero saudar que a Prefeitura foi sensível, hoje, ao apelo da Câmara, das comunidades escolares e dos problemas que são notórios nas escolas municipais: anunciada pelo Prefeito e pelo Secretário de Educação a nomeação de 250 professores para repor um *déficit* de recursos humanos da educação municipal. É importante! Quando falamos que governar é eleger prioridades, o governo está cumprindo com uma, pelo menos, das suas promessas de campanha, que é a valorização da educação, e está chamando mais professores.

Nós temos a informação de que já foi aprovada, pelo órgão competente, a liberação de recurso para que 70 técnicos de enfermagem aprovados pelo último concurso sejam chamados definitivamente, substituindo auxiliares que estão em processo de aposentadoria. Mas precisa que este recurso já autorizado venha, na forma de um projeto de lei para que esta Câmara autorize este ajuste para chamar os técnicos aprovados em concurso. Temos dialogado, recebido os técnicos aprovados no concurso nº 565, mas precisamos que o projeto chegue o mais rápido possível aqui na Casa, para que ainda neste ano possa ser votado e eles assumam essas funções, porque o HPS e o Presidente Vargas, por exemplo, estão com o atendimento comprometido, justamente, porque falta pessoal. E são técnicos em enfermagem que faltam. Então, o Secretário Erno cumpriu com a sua promessa, que fez, inclusive, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que chamaria ainda neste ano setenta. Mas precisamos que o projeto chegue.

Encerro dizendo a questão dos guardas municipais. Brinquei com o nosso colega, o Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo nesta Casa, que 250 professores foram chamados hoje, foi anunciado que serão chamados; os 70 técnicos de enfermagem, vindo o projeto para cá, no segundo semestre, devem se efetivar. Mas a Prefeitura precisa responder a questão dos guardas, gente, o secretário Kleber precisa – e ele é sabedor dessa necessidade – que, se não todos os 290 aprovados no último concurso da Guarda, uma parte deles neste ano seja chamada. Porque há um *déficit*, o incidente com a pessoa do Brum materializa isso. E outros tantos problemas nos postos que a Frente Parlamentar discutiu esta semana, sobre a segurança, assim como a COSMAM também, de que faltam guardas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** ...E eu não vou aqui me somar, eu vejo, as vezes, alguns agente públicos vibrando, bom, pela primeira vez um guarda municipal participa

de uma *blitz* de trânsito com a EPTC e a Brigada. Sinceramente, a Guarda não tem que participar disso. Vejo o agente público vibrar que a Guarda está com uma viatura estacionada numa rótula cuidando a segurança da Cidade. A Guarda não tem que fazer isso! Por isso que nas escolas, nós vemos tantos problemas. Então, já que estão chamando professores, já que se encaminha o chamamento dos técnicos de enfermagem, eu tenho certeza que o Governo, neste entusiasmo por convocar aprovados em concursos, vai chamar em seguida os guardas.

**O Sr. Dr. Goulart:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Lembrando que ontem nós fizemos aquela reunião lá no Hospital Parque Belém, queria cumprimentar V. Exa., que é Presidente da nossa Comissão, a COSMAM, e dizendo que nós cumprimos a nós estamos cumprindo a nossa obrigação: que todos os dias, algum de nós há de falar sobre “Abra já, por favor, o Hospital Parque Belém!”

**A Sra. Comandante Nádia:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Aproveitando que V. Exa. falou nos guardas municipais, gostaria já, de antemão, convidar os Colegas Vereadores, que no dia 6 de julho, a Frente Parlamentar de Segurança Pública estará fazendo uma reunião, exatamente, sobre o PLE sobre o aumento das atribuições das funções dos guardas municipais de Porto Alegre. Então, nós teremos uma grande reunião a respeito do que Porto Alegre precisa, qual é a Guarda Municipal que ela precisa, que ela quer, falando já do Projeto de Lei do Executivo, do aumento das atribuições da Guarda Municipal e discutimos, já que o Simpa, pela Guarda Municipal, diz que essa discussão não foi feita ainda. Então, avocamos para a Frente e já deixo todos os colegas Vereadores convidados para essa reunião importantíssima aqui na nossa Casa. Obrigada.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Obrigado. Era isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Boa tarde, todos os colegas Vereadores, Presidente Cassio; vou tentar usar o tempo rapidamente para fazer, em primeiro lugar, alguns agradecimentos nesta tarde importante. Eu, ao contrário de alguns Vereadores que gostam muito de fazer terra arrasada, eu, para honrar o meu nome parlamentar – Maluco do Bem -, gosto de ressaltar as coisas boas. Então, é um dia muito feliz, um dia em que o Secretário Adriano anuncia a contratação de 250 servidores para a educação municipal para amenizar os problemas da nossa educação municipal. Então, vários Vereadores aqui, que antecederam esta fala, falaram sobre isso, mas, neste momento, quero pontualmente agradecer o esforço do Secretário Adriano de tentar realmente fazer com que o aluno chegue no último ano do seu estudo, tendo

condições mínimas de aprendizado em matemática e português. E, se não tivesse essa proposta, talvez, nós estivéssemos sem vários problemas, mas, também, nós não teríamos buscado, através da reforma das rotinas escolares, algum benefício a uma geração. “Ah, vamos deixar para o ano que vem”, perderíamos uma geração. Obrigado à Secretaria de Educação.

Também gostaríamos de saudar o Presidente da FASC, que anunciou agora à tarde, na realidade, a ampliação de vagas, neste momento de inverno, nos abrigos que a FASC cuida. Também, elogiar o Solimar Amaro, que vem, Ver. Matheus Ayres, demonstrando uma persistência gigantesca para tentar resolver os inúmeros e problemáticos, vamos dizer, gargalos que a FASC tem até hoje, mas que estão, aos poucos, sendo solucionados.

Foi dito aqui também, pelo Ver. André Carús, que na saúde temos notícias da contratação 70 técnicos, também quero saudar essa atitude, feita através do Secretário Erno, que é muito importante para o Município.

Quero finalizar dizendo algo importante sobre a área da saúde: eu represento muito uma região da Cidade, que é a Vila dos Herdeiros, e uma grande parte da sua comunidade vem reivindicando a questão do transporte público e não sendo favorável ao momento e à proposta de modificação. Eu não vim questionar isso, eu vim questionar o populismo, a politicagem que aconteceram, infelizmente, esses dias, envolvendo inclusive Pares aqui da Casa, que foram até o posto de saúde São Carlos – nosso primeiro posto com atendimento até as 22h – e fizeram um vídeo criticando uma fila, dizendo que não adianta ter atendimento até as 22h e não ter como atender. E, neste dia, houve uma manifestação que trancou a Av. Bento Gonçalves. Eu sou a favor de qualquer manifestação de insatisfação, mas a nossa liberdade deve ir até onde começa a liberdade do outro. Eu, investigando o caso, por ser no terminal da Av. Antônio de Carvalho, descobri que os pacientes estavam, sim, Ver. Cassiá Carpes, numa fila que não é costumeira no posto São Carlos, que tem funcionários da saúde muito competentes. O problema é a politicagem. Quem fez o vídeo, inclusive, estava no trancamento da Av. Bento Gonçalves, onde estavam dois médicos, inclusive o nosso médico Thiago Frank ficou duas horas presos no trânsito e não pôde chegar ao posto de saúde e atender ao povo que precisa de atendimento. Então, eu venho aqui de público dizer os motivos pelos quais eu não apoio esse tipo de manifestação, mesmo que eu apoie as reivindicações públicas, eu entendo que bloquear uma avenida e impedir que o trabalhador, o idoso, o deficiente tenham acesso a um posto de saúde, e também impedir atender à comunidade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** ...Então eu quero dividir com os Pares aqui que eu fiquei muito triste, de verdade, porque nós não podemos colaborar com essa velha prática que se faz de algumas pessoas acharem que trancar uma avenida

em horário de pico vai resolver alguma coisa. Infelizmente, isso atinge nada mais, nada menos que o povo que precisa de atendimento em saúde, que precisa chegar nos locais no final do seu expediente de trabalho. Então fica aqui o meu apelo para que a gente encontre manifestações coletivas de reivindicações de uma maneira mais inteligente e para que a gente respeite a liberdade de ir e vir. A nossa liberdade termina onde a liberdade do próximo começa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** Obrigado, Ver. Moisés Maluco do Bem. Registro a presença do Ver. Nelson Fick, abrilhantando a nossa Sessão com a sua presença, parceiro do Ver. Dr. Goulart na implementação do posto de saúde 24 horas. Bem-vindo!

O Ver. Tarciso Flecha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores e todos que nos assistem. Eu queria falar para a Ver.<sup>a</sup> Sofia, que já saiu, que eu me somo a essa luta dela. Eu acho que nós, Vereadores, fomos votados para buscar e, principalmente, para fiscalizar. Nós temos uma Comissão que é a CECE – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, da qual fazem parte o Ver. Matheus, o Ver. Reginaldo, o Ver. Roni, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. A gente tem caminhado bastante pela Cidade, só que a nossa Comissão tem uma vez por semana. Nas terças-feiras, a gente está fazendo duas visitas, às vezes, Cássia, para buscar todas as demandas. Nós já temos bastantes demandas, já mandamos para a Secretaria, não só para a Secretaria de Educação, mas para outras também. Desde que eu entrei aqui na Câmara, eu luto muito pela educação e pelo esporte, essa é a minha bandeira, porque eu enxergo que aí está o caminho para um país de primeiro mundo. Essa é a minha visão por eu ter nascido na educação e no esporte, o que me trouxe até aqui. Vejo a mídia de todo Brasil e vejo que o Rio Grande do Sul está precário. O Município não fica atrás. Há muitos furos, Moisés, como disseste, há furo na educação, na saúde. A culpa vem lá de trás quando veio somando essa turbulência de erros. Agora, esses erros começaram a aparecer. Vi hoje de manhã a saúde precária em São Paulo, no Rio de Janeiro. Quero parabenizar o Prefeito, a Secretaria de Educação que, pelo menos, tiveram a sensibilidade de começar a tapar esse furo. A saúde, a segurança são importantes para todos nós. E isso forma um conjunto para termos uma capital mais tranquila, mais em paz. Isso dará ao cidadão o direito de ir e vir. Eu não estou aqui como advogado da Prefeitura, porque isso não me compete, mas estou aqui para falar da calamidade que estou vendo no País, não só em Porto Alegre, em Bagé, porque o Rio Grande do Sul está dentro do Brasil, e nesse Brasil que está com as paredes caindo, Porto Alegre faz parte desse grande prédio. Nós lutamos aqui muito para buscar o melhor para o nosso povo, para nós, para os nossos filhos e netos. Então, eu quero dar os parabéns e dizer

que nós da CECE estamos lutando para termos uma educação digna, um esporte digno, uma alimentação digna para essas crianças. Estamos lutando com muita garra, com muita vontade e também quero agradecer aos colegas da Comissão que estão junto comigo e que não faltaram a uma: Ver. Pujol, Ver. Matheus, Ver. Alvonii...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** ...Para finalizar, quero dizer que esses Vereadores estão junto comigo porque veem a importância da educação, do esporte e de tudo isso. Para nós, é muito importante. Agora, cada Vereador, depois da CECE, segue seu caminho, segue seu rumo, assim como a Ver.<sup>a</sup> Sofia fez. Eu quero dizer que eu me somo Sofia, porque, quando eu tenho tempo, eu vou também ver algumas demandas. Isso faz parte, nós somos fiscais de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. LUCIANO MARCÂNTONIO:** Obrigado, Ver. Márcio; colegas Vereadores, demais cidadãos e cidadãos que nos assistem. Têm, principalmente, dois temas que eu tive a honra de capitanear, de liderar, enquanto Secretário Municipal de Direitos Humanos, na gestão anterior da Prefeitura de Porto Alegre de que muito me orgulho e que realmente marcaram a minha história política na luta pelas pessoas que mais precisam, que foi a realização do Restaurante Popular, que é o centro de referência em segurança alimentar e nutricional sustentável, o primeiro Restaurante Popular administrado pela Prefeitura de Porto Alegre em toda a sua história. Está funcionando muito bem ali na Rua Santo Antônio, onde o Governo Marchezan deu a sequência necessária para que o restaurante continuasse servindo 600 refeições diárias, com altíssima qualidade. O outro tema, que ainda merece muita atenção e muita dedicação de nós, Vereadores, e do Governo Municipal, é a questão dos imigrantes. Na gestão passada, eu como Secretário Municipal de Direitos Humanos, consegui, em Brasília, com o Ministério da Justiça, aproximadamente R\$ 1 milhão para termos aqui o CRAI - Centro de Referência e Acolhida aos Imigrantes e Refugiados. Essa construção visa exatamente preencher essa lacuna que hoje existe entre o imigrante e a cidade de Porto Alegre, o bem-estar do imigrante na cidade de Porto Alegre, a harmonia do imigrante com os porto-alegrenses. O CRAI funciona como uma subprefeitura para o imigrante, e essa verba veio do Ministério da Justiça, com uma contrapartida minúscula, de R\$ 20 mil, do Governo Municipal - se não me engano -, e uma verba de quase R\$ 1 milhão, que estamos buscando. Amanhã, inclusive, tenho uma reunião com a Denise, que responde pelos direitos humanos, e é uma pessoa extremamente dedicada, responsável e

sensível a essa causa, para encontrarmos um espaço onde o CRAI possa funcionar, já que o recurso veio, as contratações de equipamentos, mobiliários já estão acontecendo, e também com esse recurso podemos contratar funcionários na área de advocacia, na área de assistente social, professores de português, para que esses imigrantes possam, cada vez mais, se adaptar ao contexto de Porto Alegre e arrumarem um emprego formal. Inclusive, qualificação profissional e uma interface com o Sine, é uma das responsabilidades do CRAI. Isso, com certeza, apesar de a crise econômica ter sido severa na questão do desemprego, não só para os imigrantes, mas também para os trabalhadores porto-alegrenses, isso também contribui para que o imigrante saia do mercado informal, para que o imigrante não sofra tendo que vender equipamentos, calça, blusa, meia, matéria importada de forma irregular no Centro de Porto Alegre. O CRAI é exatamente a alternativa, um instrumento de qualificar o imigrante para que ele cada vez mais busque o seu bem-estar, a sua geração de renda no mercado formal, e não seja um comerciante ambulante, um camelô que trabalhe de forma irregular na nossa Cidade. Eu tenho certeza de que nessa reunião que eu vou ter amanhã com a Denise, que responde pelos Direitos Humanos, nós vamos ter um grande avanço na construção de encontrar um local que é responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto do CRAI coloca a Prefeitura responsável pela execução do projeto, mas o Governo do Estado responsável pela indicação do local. E é isso que está faltando, um local para que esse grande serviço para o imigrante, através de toda uma equipe de técnicos, através de uma estrutura física que seja uma sub-prefeitura para o imigrante, através da sua condição, da sua estrutura, forme e qualifique os estudantes e faça com que eles, cada vez mais, se insiram no mercado formal. Nós não temos como tirá-los da rua vendendo produtos ilegais, trabalhando como camelôs irregulares se nós não estamos dando alternativas para eles.

Era este o registro que eu queria fazer. Agradeço, colega Márcio. Uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o expediente de hoje indica, registra, salienta informações vindas da Caixa Econômica Federal, fazendo referência especialmente a obras de drenagem e de reforço nas chamadas casas de bombas, cuja precariedade tem sido motivo de reclamações constantes nesta tribuna. Estou requerendo da Mesa cópia desses comunicados porque todos eles fazem referência a contratos que vou verificar se estão em andamento, se são contratos novos e se os valores aqui referidos que, no conjunto somam a mais ou menos R\$ 200 mil, não estão sendo dispersados de forma a não produzir resultados concretos.

De outro lado, Sr. Presidente, ingressei hoje, a pedido da assessoria do Vice-Prefeito, com Pedido de Informações - entendi já ter entregue a ele, que me pediu que



eu formalizasse - a respeito daquela área, Vereador Líder do PSDB, localizada junto à Praça da Alfândega: um conjunto de lojas que há mais de quatro anos foi construído, e, segundo consta, foi objeto de uma licitação porque é e foi destinado a ser ocupado por bares, floricultura, venda de alimentos, utilidades compatíveis com a área física de uma praça tradicional, como é a Praça da Alfândega. Fui informado, inclusive, que, em determinado momento, uma empresa havia se habilitado, por edital, a ficar responsável pela locação de todas aquelas lojas, que certamente redistribuiria com outras tantas empresas. Só que essa informação foi dada há mais de um ano e não se confirma. O que a gente verifica - quem oportunamente passa pela Praça da Alfândega - é que essas lojas se encontram sendo depreciadas, objeto de vandalismo, numa demonstração de desperdício de recurso público, com o qual não podemos partilhar. Estou, obviamente, Sr. Presidente, de forma bem responsável, buscando, junto ao Município, de forma oficial, as informações decorrentes e necessárias para o posicionamento mais profundo com relação a essa matéria. O que nós pretendemos, Sr. Presidente, é que os recursos ali colocado, dentro do projeto monumento, não fiquem sendo desperdiçados como são nos dias de hoje. Eu não estou aqui responsabilizando essa ou aquela autoridade. É problema da burocracia, sim, é problema da descontinuidade do processo administrativo, sim, mas isso não impede que a gente se posicione perante a lei e busque equacionar de forma inteligente, responsável, criativa e, sobretudo, consequente. Com a possibilidade que o edital abria para que as empresas que ali se colocasse, especialmente na área de bares e restaurantes, fizessem *decks* com cobertura, enfim, a criação de um ambiente de animação, certamente seria um motivo a mais para trazer o povo de volta à Praça da Alfândega, que está muito bem remodelada e muito mal utilizada, porque a maioria da população, ou a totalidade da população não se encoraja em frequentá-la, especialmente à noite, pela insegurança que ali se estabelece. Se houvesse, como o edital previa, estabelecimentos comerciais ali estabelecidos, a própria vigilância desses estabelecimentos dariam a segurança necessária. Daí o Pedido de Informação e a expectativa de uma reforma objetiva e rápida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, venho à tribuna para falar um pouquinho sobre segurança público. Quero agradecer o Secretário Kleber, que através da Frente Parlamentar em Defesa e Recuperação do Centro Histórico nos atendeu, e a gente está acompanhando aí, com muito bons olhos, uma Parceria Público-Privada, que envolve o Sindilojas, a instalação de muitas câmaras de monitoramento no Centro de Porto Alegre. Então, quero agradecer publicamente ao Secretário Kleber por esse programa, esse projeto, que envolve a iniciativa privada e a

Prefeitura de Porto Alegre com olhos que fazem com que possamos, num médio prazo, voltar, aos poucos, a reocupar a tranquilidade de caminhar no Centro da Cidade.

Eu já falei aqui também sobre o Secretário Ricardo Gomes e o seu esforço de combate ao comércio ilegal no Centro.

E, por último, e não menos importante, quero dividir com os pares algo muito grave que está acontecendo lá na Zona Leste, no Cemitério Jardim da Paz. Estamos aqui, em nome do Governo de Porto Alegre, vamos encaminhar à Brigada Militar, ao Tenente-Coronel Marcelo, lá do 19º Batalhão de Polícia Militar. Vereadores, estamos enfrentando casos de violência e assaltos dentro das capelas, infelizmente, num momento de dor das famílias, dentro do Cemitério Jardim da Paz. Então, em nome do Governo, vamos fazer esse encaminhamento à Brigada Militar, vamos conversar e ver também se a Guarda Municipal pode também, nessa tocada de visitar os postos de saúde ali na parada 12, fazer esse roteiro para dar uma sensação de segurança maior e que possamos combater essa insegurança pública que assola cada vez mais Porto Alegre, e vejam só a que ponto chegamos, num momento de dor, as famílias estão sendo assaltadas dentro das capelas do Cemitério Jardim da Paz. Então, divido a preocupação e tranquilizo, Vereadores, que coletivamente estamos fazendo esse encaminhamento à segurança pública da Cidade. Obrigado, Presidente. Obrigado a todos pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Márcio Bins Ely):** Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h57min.)

\* \* \* \* \*